

Daniela Maria da Silveira Galvao Ransolim

De: jessica.neiva@rcstecnologia.com.br
Enviado em: sexta-feira, 5 de janeiro de 2024 16:58
Para: MJ-Licitação; rcs.comercial@rcstecnologia.com.br
Cc: 'comercial'
Assunto: RES: DILIGÊNCIA Nº 07 - PE Nº 11/2023 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
Anexos: ENVIO A DILIGÊNCIA.zip

Prezados,

Conforme solicitação à diligência, segue a comprovação em tempo hábil.

Qualquer dúvida estou à disposição.

Cordialmente,



De: MJ-Licitação <licitacao@mj.gov.br>
Enviada em: sexta-feira, 5 de janeiro de 2024 11:17
Para: rcs.comercial@rcstecnologia.com.br
Assunto: RES: DILIGÊNCIA Nº 07 - PE Nº 11/2023 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Bom dia,

A solicitação de diligência foi feita com vistas a aferir se a maior parte da receita auferida pela empresa RCS é proveniente da atividade correspondente ao CNAE 4321-05-00 -Instalação e manutenção elétrica, o que comprovaria seu enquadramento no regime de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB), conforme o disposto no art. 9º, § 9º da Lei 12.564/2011.

A comprovação solicitada poderá ser feita com a apresentação da relação dos contratos firmados descrevendo qual CNAE se refere aos serviços objeto de cada contrato, bem como os respectivos valores. A empresa também deve apresentar o comprovante de entrega e declaração da EFD-Reinf, declaração acessória entregue mensalmente para SRF, que comprovará os valores informados a título de CPRB-Lei 12.546/2011 para o devido recolhimento da Contribuição Previdenciária pelo sistema DCTFWEB.

O ano calendário a ser considerado para a diligência é o de 2022.

Por fim, concedemos a dilação do prazo de resposta até às 17h.

Atenciosamente,

Coordenação de Procedimentos Licitatórios

De: rcs.comercial@rcstecnologia.com.br <rcs.comercial@rcstecnologia.com.br>
Enviada em: sexta-feira, 5 de janeiro de 2024 08:50
Para: MJ-Licitação <licitacao@mj.gov.br>; rodrigo@rcstecnologia.com.br
Cc: rcs.comercial@rcstecnologia.com.br
Assunto: RES: DILIGÊNCIA Nº 07 - PE Nº 11/2023 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Prezados, bom dia!

Gostaria de confirmar formalmente o recebimento da diligência encaminhada recentemente.

No entanto, ao revisar o conteúdo da diligência, identificamos uma dúvida a ser esclarecida, especificamente relacionada ao item 2.1, alínea C, referente à desoneração. A dúvida consiste nos seguintes pontos:

1. Em decorrência do necessário esclarecimento desses pontos, solicitamos a gentileza de uma prorrogação para o envio das respostas até às 17h do dia de hoje, 05/01, a fim de garantir a exatidão e conformidade do processo.
2. Em vista dos documentos previamente enviados durante o processo de habilitação para a comprovação de desoneração, solicitamos orientações sobre o documento específico que a comissão e a área técnica necessitam para a validação do faturamento, devido o leque de documentação comprobatória. Nosso entendimento é que a comprovação do faturamento deve ser feita através da apresentação da EFD, está correto nosso entendimento ?
3. Além disso, para garantir a precisão das informações, solicitamos confirmação sobre o ano calendário a ser considerado para esta diligência, se é o ano de 2022 ou 2023.

Agradecemos antecipadamente pela atenção dispensada a este assunto e aguardamos orientação.

Colocamo-nos à disposição para fornecer quaisquer informações adicionais que possam ser necessárias.

Cordialmente,

GRUPO

RCS

Gerência Comercial

TECNOLOGIA NA ENGENHARIA

Comercial, Orçamento e Planejamento • COP

(61) 3361-9997 • Ramal 210

(61) 99232-6307

rcstecnologia.com.br

Grupo RCS

SAAN Quadra 03 - Lote 480

Brasília/DF - 70.632-310

De: MJ-Licitação <licitacao@mj.gov.br>
Enviada em: quinta-feira, 4 de janeiro de 2024 10:37
Para: rodrigo@rcstecnologia.com.br; rscs.comercial@rcstecnologia.com.br
Assunto: DILIGÊNCIA Nº 07 - PE Nº 11/2023 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

À RCS Tecnologia S/A
CNPJ nº 08.220.952/0001-22

1. No interesse do Pregão Eletrônico nº 11/2023 realizado no âmbito do **Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP**, cujo objeto é a contratação de empresa para prestação de serviços continuados de apoio administrativo, com execução realizada mediante alocação, pela contratada, de empregados em regime de mão de obra com dedicação exclusiva, para os cargos de Recepcionista, Apoio Administrativo Nível I, Almoxarifes, Carregadores e Encarregado (Grupo 1) e Assistente Administrativo, Secretário Executivo, Secretário Executivo Bilíngue, Técnico em Secretariado e Motoristas Executivos (Grupo 2), na cidade de Brasília/DF, com disponibilização de solução tecnológica para fiscalização e gestão contratual, encaminha-se a presente diligência no intuito de complementar/esclarecer a instrução processual.

2. Em análise preliminar da proposta comercial e demais documentos encaminhados, a área técnica, por meio da **NOTA TÉCNICA Nº 1/2024/SEPAC/COSEG/CGDS/SAA/SE/MJ** (documento anexo) aduziu a necessidade de esclarecimentos/complementação quanto aos pontos que se seguem:

- 2.1 Em análise preliminar, identificamos a necessidade dos seguintes ajustes/esclarecimentos:
- a) A proposta para o Grupo 1 menciona os cargos do Grupo 2 no quadro que descreve as convenções coletivas e no texto que descreve o objeto.

b) No que concerne aos tributos federais (PIS e COFINS), a licitante informa em sua planilha de custo as alíquotas relativas ao regime de incidência cumulativa (0,65% e 3%). Contudo, infere-se da documentação encaminhada pela empresa que o regime ao qual ela encontra-se submetida é o regime misto (cumulativo e não cumulativo), desse modo, a licitante deverá observar o disposto no item 7.5 do Edital, que dispõe que se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

c) A licitante pretende se valer do benefício da desoneração da folha de pagamento previsto na Lei nº 12.546/2011, tendo apresentado junto à sua documentação o seu cartão CNPJ onde consta a informação que a atividade principal da empresa se enquadra na Divisão 43, Grupo 43.2 do Código Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), o que a enquadraria no inciso IV do art. 7º da Lei 12.546/2011, autorizando, pelo menos em tese, o recolhimento da contribuição previdenciária na forma do art. 7º-A daquela Lei. Contudo, para que a empresa se valha da desoneração com base na alíquota da CPRB sobre o faturamento, em vez da Contribuição Patronal de 20% sobre a folha de pagamento, a proponente deverá justificar e apresentar documentos aptos a demonstrar, de maneira clara e inequívoca, que no último ano-calendário a receita bruta proveniente da atividade desonerada foi preponderante em relação a receita obtida com as demais atividades secundárias não desoneradas.

3. CONCLUSÃO

3.1 Tendo em vista os apontamentos registrados, informamos que somente após a apresentação dos esclarecimentos solicitados e do envio da planilha de custos ajustada a proposta de preços poderá ser devidamente analisada por esta unidade requisitante.

3. Ante o exposto, solicita-se manifestação quanto aos questionamentos elencados acima até amanhã, sexta-feira, dia 05/01/2023, às 11h00.

Atenciosamente,

DANIELA Mª DA SILVEIRA GALVÃO RANSOLIM
Pregoeira
Ministério da Justiça e Segurança Pública